



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

*Discurso na cerimônia de sanção do
projeto de lei que cria o Sistema Brasileiro
de Inteligência e a Agência Brasileira
de Inteligência*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 7 DE DEZEMBRO DE 1999

Ilustre Presidente da Câmara dos Deputados, meu amigo e companheiro Michel Temer; Senhor Ministro da Defesa, Êlcio Álvares; Senhores Comandantes das Forças aqui presentes; Senhor Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Alberto Cardoso; Senhores Parlamentares; Líderes; Advogado-Geral da União; Senhor Secretário de Inteligência, Coronel Ariel de Cunto; Senhores funcionários do Gabinete; Senhoras e Senhores,

O General Alberto Cardoso expôs, de uma maneira bastante ampla, os propósitos da nova agência, da Abin, e o modo pelo qual esta agência se inclui no sistema do nosso governo.

Eu queria fazer apenas um comentário: muito frequentemente, quando ouço comentários a respeito do que o Governo fez, no meu primeiro mandato, e agora, neste segundo, há muita insistência num ponto, que é o da estabilização da moeda. Estabilidade da moeda. E é verdade: eu me empenho muito nisso e continuarei a empenhar-me nisso, porque isso é o bem-estar do povo.

Mas quando me perguntarem – e me perguntam com freqüência, sobretudo no exterior – o que o Brasil fez para conseguir a estabilização

da moeda, vou dizer: aqui a nossa maior conquista – brasileira – foi a redemocratização, foi a democracia.

O aperfeiçoamento institucional prima sobre tudo o mais, porque sem ele é impossível haver uma convivência pacífica, que leve à solução dos problemas de uma maneira ordenada, incluindo, naturalmente, os espinhosíssimos problemas econômicos e os que mais ainda afligem, que são os sociais.

É nesse contexto, de consolidação da democracia, que temos trabalhado nas modificações havidas nos últimos tempos. O General Cardoso fez referência a todas elas. Não preciso insistir nelas. Então, mudamos muita coisa.

Quero, também, estender os agradecimentos a todos aqueles que têm entendido e compreendido os tempos novos e têm ajudado essa reconstrução institucional.

Não sei se há muitos exemplos, na História, de uma transformação importante, e que, no clima de tranquilidade que o Brasil vive, talvez não tenha nem sequer provocado a reação positiva, nem mesmo – e isso é bom, a segunda parte – os comentários críticos. Criamos o Ministério da Defesa. Modificamos uma relação tradicional das Forças Armadas, com a plena compreensão, o apoio e a deliberação conjunta dessas mesmas Forças Armadas. Não é fácil isso. Foi uma transformação em instituições seculares, mantido o respeito que tenho por essas instituições, e adaptando-as ao funcionamento, tendo em vista a necessidade da criação de um Ministério que coordenasse melhor a ação dessas forças.

Como consequência, modificamos a Casa Militar da Presidência da República. Pode parecer que isso é, hoje, já página virada. Mas se se meditar um pouco, ver-se-á que aí houve um esforço muito grande, uma modificação institucional importante, dentro da democracia e mantendo o prestígio necessário àquilo que é essencial para a segurança do nosso país, como são as Forças Armadas.

Tão importante, talvez, quanto esses aspectos institucionais tenha sido o espírito que nos tem movido nesses últimos tempos, no Brasil, e não apenas durante o meu governo, que é um espírito de cooperação crescente entre todos os setores da população para a compreensão do

que seja segurança nacional, e qual seja o papel de cada um dos órgãos que fazem parte desse grande corpo da segurança nacional.

O General Cardoso fez referência à Creden, que é a Câmara de Relações Exterior e Defesa Nacional. É algo importante, porque estamos definindo, nessa Câmara, as linhas gerais da política de segurança. E essa Câmara é composta por ministros civis e militares e por assessores, muitas vezes.

No Congresso Nacional, já existe, também, uma modificação importante nessa direção. Quando eu era senador, na reforma do Regimento, fui o autor da idéia de colocar a Comissão de Defesa Nacional junto com a de Relações Exteriores. Isso para permitir que houvesse uma maior ligação entre os vários aspectos do país, que não podem ser considerados isoladamente: a defesa na questão militar, os civis não têm nada a ver com isso; ou vice-versa, questões que são só dos civis, de relações externas, os militares não têm nada a ver com isso. Tem que haver um entrosamento.

E é preciso que haja, crescentemente, aquilo que nesta lei, hoje, está também consubstanciado, ou seja, o fato de que o Congresso participa de órgãos da maior delicadeza, como os órgãos de segurança nacional, como um regulador externo. Isso foi uma discussão ampla no Congresso Nacional. O General Cardoso fez referência a um deputado de oposição, que não sei quem é, que terá feito esse comentário positivo. Talvez porque ele tivesse defendido, noutros tempos, países onde isso não havia. E aprendeu, por consequência, que é preciso haver, realmente, um sistema democrático de segurança. Quando não existe esse sistema democrático de informações, podem ocorrer deformações que levam a situações inaceitáveis, até para a própria segurança do país. É uma nova mentalidade.

Isso não é fruto de um governo. É fruto de uma sociedade que está se transformando. É claro que, nessa nova mentalidade e nesse novo marco jurídico institucional, o papel do serviço de Inteligência tem que ser redefinido em função do valor maior, que é a democracia. Isso é algo central. E é óbvio que, como consequência, não pode haver uma confusão entre a Abin, como órgão de Estado, com interesses de poder, quais-

quer que eles sejam, ou pessoais do Presidente, de poder, nem de partidos, nem de outros setores da sociedade que não se podem apropriar da Abin para fins que não sejam aqueles definidos pela lei e garantidos pelo controle externo.

Por isso, a oposição tem que estar, também, no controle externo, para garantir exatamente, digamos, a missão constitucional que existe na questão de segurança e que é transmitida através da legislação para a Abin, que é de zelar, efetivamente, pela segurança do Estado, e não para que haja aí uma interferência de tipo política. No passado, esta foi tão nociva também no Brasil. Fui vítima disso. De modo que sei, melhor do que ninguém, o quanto pode haver de distorção quando essas questões não são colocadas com a maior tranquilidade.

Não se pode, por outro lado – e aí foi o Congresso que teve um papel importante –, deixar de entender a importância dos órgãos de informação no mundo contemporâneo. E o fato de que eventualmente tenha havido aqui desvio de função não significa que a função não tenha sua importância e que ela não deva ser valorizada adequadamente.

Enfim, estamos, realmente, nesse aspecto, terminando uma obra de reorganização do aparelho governamental para conviver com um espírito democrático e com uma moldura jurídico-legal de tipo democrático. Esse tem sido o nosso empenho.

Nesse sentido, o General Cardoso mencionou a criação do Gabinete que ele comanda, como Ministro-Chefe. O Gabinete de Segurança Institucional faz parte, realmente, deste mesmo quadro de reorganização dos órgãos todos de segurança do Estado e da definição apropriada de cada uma das suas missões.

Mas eu não poderia deixar de agradecer, como acabo de fazê-lo, a compreensão de todos que participaram desse processo e, muito especialmente, ao Congresso Nacional, que nesses anos debateu amplamente a matéria e assumiu como uma peça importante na ordem democrática; deixar de dar uma palavra, enfim, específica, especial à colaboração que tive por parte do General Alberto Cardoso. Durante todo esse tempo, ele, realmente, foi uma pessoa que ajudou decididamente o Governo para que pudesse avançar nessa direção de uma institucionalização dos

órgãos de segurança no Brasil, de reorganização da própria Presidência da República, a criação da Senad, a compreensão desses órgãos em sua interação com os demais órgãos existentes na estrutura governamental. O General Cardoso tem suportado sempre como um patriota e como alguém que tem esse alto senso de democracia.

Quero, portanto, desejar àqueles que trabalham na Abin e aos que vão trabalhar – nós, certamente, aperfeiçoaremos os quadros técnicos – que tenham êxito nessa missão, porque passam a ter uma missão que é essencial à manutenção tanto da democracia quanto da segurança do Estado. O Estado, no mundo moderno, precisa dispor de informações, porque o mundo moderno é basicamente um mundo de conhecimentos, é um mundo de informações. A segurança do Brasil depende de aperfeiçoarmos muito o nosso sistema de informações.

O General Cardoso fez uma referência que me pareceu muito curiosa e muito positiva: agradeceu aos jornalistas que colaboraram dando sugestões. O maior sistema de informações do mundo, hoje, é a mídia. E na medida em que nós não tenhamos a capacidade de atuar, pelo menos de recolher as informações que a mídia oferece, de criticá-las, analisá-las e utilizá-las, não seremos capazes de responder, de imediato, às necessidades do Estado. Se não houver um órgão de informação democrático, em que a mídia possa saber que ele é democrático – como ela faz parte do sistema geral de controle da sociedade –, esse órgão não terá capacidade de, realmente, desenvolver a sua potencialidade, porque ficará sob suspeita.

A Abin nasce, exatamente, no oposto disso. Nasce abençoada pela democracia.

Muito obrigado a todos.